

Bolsonaro-Moloch

RENATO NUNES BITTENCOURT*

Resumo:

O artigo aborda o processo de ruptura institucional da democracia brasileira operacionalizado pelo projeto autoritário do governo Bolsonaro e sua necropolítica contrária aos interesses vitais de nossa sociedade, submetida ao arbítrio disruptivo de um desajuste antirrepublicano.

Palavras-chave: Democracia; Autoritarismo; Institucionalidade; Progresso.

Bolsonaro-Moloch

Abstract:

The article addresses the process of institutional rupture of Brazilian democracy operationalized by the authoritarian project of the Bolsonaro government and its necropolitics contrary to the vital interests of our society, subjected to disruptive agency of an anti-republican misfit

Key words: Democracy; Authoritarianism; Institutionality; Progress.



* **RENATO NUNES BITTENCOURT** é Doutor em Filosofia pelo PPGF-UFRJ; professor do Curso de Administração da FACC-UFRJ

Nenhuma lucidez será perdoada. Pensar sobre algo tornou-se perigoso, em especial para aqueles que vivem da confusão e da exploração da ignorância alheia (TIBURI, 2019, p. 117).



Introdução

Bolsonaro revela-se como o grande engodo de nossa liquefeita institucionalidade democrática. Diversos segmentos conservadores da sociedade brasileira e acanalhados plutocratas, amedrontados pelo risco do “comunismo” (sempre esse inimigo mítico que tanto nos espreita) optaram por uma governança niilista e disruptiva que atira nosso país ao colapso completo. Não se trata de incompetência gerencial, tampouco, como muitos dos seus detratores apregoam, de insanidade, mas sim de um muito bem planejado projeto de aniquilamento da sociedade brasileira e toda nossa infraestrutura, de modo a torná-la mais facilmente vendável para os especuladores financeiros e para a pavimentação de um regime ditatorial. O bolsonarismo vende a ideia de ser contrário ao espírito da globalização, mas transforma nossas riquezas naturais em mercadoria barata para o capital internacional. O aparelhamento das instituições republicanas a partir de indicações desprovidas de

comprometimento técnico com os seus ofícios inerentes é uma violenta estratégia para melhor apropriação do poder total. Cabe destacar que a agenda anticorrupção do projeto Bolsonaro tão celebrada pelos conservadores e pelos liberalóides nada mais é que uma mentira descarada frente ao descompromisso autoritário com a independência entre os órgãos republicanos. Com isso os males atingem o cerne dos setores mais desfavorecidos de nossa população, inflação alta, precarização da saúde, desemprego, e esses males são naturalizados cinicamente pelos apólogos desse regime destrutivos como problemas inevitáveis cujas responsabilidades recaem sobre gestões anteriores, em contingências naturais ou ainda como consequências inevitáveis da modernização econômica global. Nunca os procedimentos escusos e incidentais de Bolsonaro e seus asseclas são computados como os fatores do grande desajuste social brasileiro. Temos assim uma governança que coloca os interesses do empresariado acima do bem comum e que se torna, ousado dizer, inimiga por

excelência do povo brasileiro e de seu futuro. Bolsonaro é assim a verdadeira encarnação do Risco Brasil.

Bolsonarismo e antidemocracia

O bolsonarismo representa a consolidação do espírito de ressentimento em nosso quadro político, ressentimento contra todas as classes subalternas que ousaram, mediante algumas conquistas econômico-sociais, ascender alguns degraus na vida cidadã. É o ressentimento contra negros, mulheres, gays, povos indígenas, quilombolas que participam mais ativamente do cenário social brasileiro e ameaçam a hegemonia material da elite parasitária que não aceita partilhar o espaço democrático brasileiro e seus direitos. A plutocracia reacionária e seus iludidos apoiadores consideram que somente os grandes eleitos podem usufruir dos serviços da coisa pública e dos benefícios da sociedade de consumo. Marilena Chauí é perspicaz em seu diagnóstico sobre as bases autoritárias de nossa estruturação social:

Conservando as marcas da sociedade colonial escravista, ou aquilo que alguns estudiosos designam como “cultura senhorial”, a sociedade brasileira é marcada pela estrutura hierárquica do espaço social que determina a forma de uma sociedade fortemente verticalizada em todos os seus aspectos: nela, as relações sociais e intersubjetivas são sempre realizadas como relação entre um superior, que manda, e um inferior, que obedece. As diferenças e assimetrias são sempre transformadas em desigualdades que reforçam a relação mando-obediência. O outro jamais é reconhecido como sujeito nem como sujeito de direitos, jamais é reconhecido como subjetividade nem como alteridade (CHAUÍ, 2007, p. 84).

O bolsonarismo não é então um projeto novo, mas a concretização violenta de uma vingança sociopolítica da elite rapinante contra a incipiente tentativa de governos progressistas em estabelecer uma democracia substantiva no Brasil. Os fiéis ensandecidos de Bolsonaro anseiam por um golpe de Estado e o fechamento do regime, mas com a insólita manutenção de seu ícone no cargo presidencial. Ou seja, toda a institucionalidade democrático-republicana brasileira seria destruída para alçar ao poder absoluto aquele que sempre flertou com o autoritarismo ditatorial através da sórdida anuência de setores estratégicos que pouco se importam com a gravidade desse posicionamento político-ideológico para o bom ordenamento social. Assim o seu projeto “messiânico” de impor ao Brasil uma forma de governança na qual o seu arbítrio se confundiria com a máquina estatal não encontraria nenhuma contraposição jurídica ou legislativa. Bolsonaro apregoa ser essa a vontade do povo, isto é, a vontade do seu séquito cada vez mais exíguo, ainda que extremamente ruidoso, estúpido, agressivo e violento: “Os setores formais, a Constituição, a democracia, não passam de entraves para o poder dos mais fortes” (MANSO, 2020, p. 129). A chusma reacionária defensora do autoritarismo fascista clama pelo “direito de não ter direitos”, o que nada mais é do que o apelo irracional para que tenham a liberdade em optar pela não-liberdade. Quem faz manifestações antidemocráticas talvez não tenha qualquer possibilidade de expor suas opiniões em caso de instauração de uma ditadura e quiçá poderá ser esmagado pelos tanques que ocupariam os espaços públicos para conter as movimentações multitudinárias.

A estupidez direitista que celebra o legado de violência e de morte da ditadura militar que desonra nossa história republicana fecha seus olhos para os inúmeros assassinatos de pessoas inocentes que sofreram nas mãos dos operadores desse nefasto regime, que impôs o silêncio sobre as bocas que ousaram se opor aos gestores fardados da morte. Quem idolatra o autoritarismo só encontra sentido para sua vida miserável no silenciamento das ruas e encontraria melhor guarida para sua insignificância existencial na paz dos cemitérios. O idiota político fornece a própria corda para o seu enforcamento e sorri dessa situação. O fascista, em seu turbulento estofo axiológico, teme a liberdade social, por isso necessita de que uma figura truculenta, dotada da força bruta, conduza a nação para um caminho considerado o único viável, abrindo assim mão de sua autonomia intelectual, moral e existencial. Uma servidão voluntária em nome de um nacionalismo cego que celebra bandeiras de países imperialistas: “Os fluxos securitários de controle dos corpos se materializam nas redes capilares de individuação e de subjetivação pelo medo” (REIS, 2020, p. 284).

“Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, lema teocrático que escamoteia a necrofilia do projeto ultraliberal e reacionário de Bolsonaro que impõe um patriotismo vazio atrelado a uma submissão autoritária do fiel ao crivo religioso-normativo. Se Deus fala pela voz de Bolsonaro, então temos que solapar esse “Deus” que é um arrazoado de destruição e de barbárie. O “Deus” de Bolsonaro é o asilo da ignorância e da miséria moral, muito afastado de qualquer compreensão sagrada do amor, da compaixão, da união, do perdão, do acolhimento do diferente. Conforme a genuína experiência cristã, Deus está no meio de nós e possui muitos nomes,

muitas formas e muitas cores. As lideranças religiosas que sonham pela instauração de uma teocracia em solo brasileiro prosperam através da inoculação do ódio e do medo em seus rebanhos, docilizados pelo terror psicológico que lhes é imposto a cada culto de horror por seus nefastos pastores, dependentes da espoliação usual do dinheiro dos seus fiéis.

Bolsonaro ratifica a teologia política em seu rebaixamento mais grotesco, o da coprofagia, pois esse é o nível moral de sua governança e seus asseclas, que assentam os seus lugares em fezes, esterco e lixo. Tudo se reduz ao caráter escatológico, excrementício. Não há elevação moral ou refinamento espiritual no cristianismo cretino que chancela a marcha apocalíptica de Bolsonaro, mas apenas a divinização blasfema do ódio e da ignorância que estimulam a erupção dos mais baixos instintos religiosos nos seus asseclas. Bolsonaro pincela alguns fragmentos neotestamentários (talvez sequer tenha estudo a Bíblia com afinco em sua turbulenta vida) e se considera um cristão exemplar. Entre o livro sagrado e uma arma, Bolsonaro fica com essa última. O problema político é pretender alvejar a sociedade brasileira com sua pulsão de morte. Toda a preocupação moralista do Bolsonarismo com a pauta dos costumes visa, ao fim e ao cabo, maquiar a própria degenerescência psicofisiológica e moral desse projeto escabroso de poder, que se disfarça sob a roupagem de uma estética kitsch capaz de ruborizar os mais violentos representantes do fascismo primordial.

Bolsonaro estabelece o descompasso absoluto entre teoria e prática em sua governança. Proclama defender a família tradicional brasileira, mas esta cada vez mais é espoliada e empobrecida pela perda de renda, pelo desemprego e pela falta de perspectivas salutaras para o porvir em decorrência da política espoliativa imposta ao povo brasileiro com a conjugação de ultraliberalismo econômico e negacionismo científico; apregoa seu patriotismo barato mas se rende piamente ao capital internacional; arroga-se “cidadão de bem” mas mantém relações escusas com uma malta de escroques nos mais diversos setores; afirma-se orgulhosamente como “cristão” mas em nada cumpre os fundamentos basilares do espírito evangélico original; Bolsonaro, inspirando-se na doutrina cristã, diz que conheceremos a verdade e ela nos libertará, mas sua governança é sustentada por uma produção extremamente sofisticada de mentiras, dados falsos e notícias fabulosas que são replicadas nas redes sociais e aplicativos por seus sectários. A associação mentirosa estabelecida por Bolsonaro entre a vacinação para a COVID-19 e a contaminação da AIDS é não apenas mais uma vilania cretina, mas um crime contra a saúde pública.

A imprensa tradicional (não obstante sua contumaz parcialidade) é difamada e perseguida, então, para a visão de mundo bolsonarista, apenas nos canais alternativos de difusão de Fake News podemos descobrir o que é o “verdadeiro”, isto é, aquilo que convém para a realidade paralela do séquito da direita xucra. Acrescentemos ainda nessa lista de inversões os ministérios do governo Bolsonaro: a pasta dos Direitos Humanos, da Cidadania e da Mulher viola os direitos cidadãos e a dignidade da mulher; a pasta da educação promove a ignorância geral da sociedade

brasileira; a pasta das Relações Exteriores revive os piores pesadelos das intrigas internacionais; a pasta do Meio Ambiente gerencia a destruição de nossa biosfera em favor da grilagem e do agronegócio; a pasta da Justiça persegue opositores, atua como lacaia das maracutaias governamentais e limpa suas sujeiras; a pasta da Economia é gestora do rentismo plutocrata e da pobreza nacional; a pasta da Saúde exerce o biopoder como um grande corredor da morte da sociedade brasileira e nada deve ao horrendo espírito do nazismo. Bolsonaro realizou uma reforma ministerial para enxugar a máquina pública em nome da suposta eficiência governamental, mas os fatos comprovam que essa operação reducionista ampliou consideravelmente a capacidade gerencial de se resolver os problemas candentes da sociedade brasileira, pois essa deficiência é incidental e visa justamente colapsar o país para, mediante o caos, justificar a instauração da exceção repressora.

Bolsonaro representa o ódio encarnado, a glorificação da agressividade, a aversão por toda agonística política. Aliados de outrora, quando ameaçam o seu futuro eleitoreiro, se transformam em adversários que não merecem perdão. Esse tipo de posicionamento é típico de uma personalidade que se mantém em nível de tensionamento constante e desconfiança em relação àqueles que lhe cercam (Bolsonaro certamente teme ser envenenado em suas refeições). Quem não é a seu favor é seu inimigo e deve ser destruído, não importa por qual modo, e mesmo que após enunciar suas bravatas estúpidas Bolsonaro recue no tom discursivo para evitar enquadramentos institucionais, seus seguidores enfurecidos permanecem em estado de ódio contra os seus inimigos ideológicos, colocando em ato todas as sugestões destrutivas apresentadas pelo funesto

mandatário presidencial. Bolsonaro fez de sua campanha eleitoral uma guerra total contra os movimentos sociais, os sindicatos de trabalhadores, as cabeças críticas, ou sejam todas as formas políticas que apresentavam riscos para a viabilidade de seu projeto de destruição da sociedade brasileira, em favor da escumalha empresarial que o apoiava e que dependia de uma violenta ação governamental para ratificar suas demandas antissociais. Conforme salienta André Duarte,

Um presidente que opera politicamente segundo o critério de eliminação daqueles que não vivem à sua imagem e semelhança não poderia senão sentir desprezo por qualquer outra vida que não a sua própria e a de seus familiares, os filhos em primeiro lugar (DUARTE, 2020, p. 28).

O serviço sujo do bolsonarismo é sempre realizado pelas organizações criminosas que sustentam o desgoverno antirrepublicano, inclusive através das técnicas crípticas de manipulação das informações e fomento ao ódio político. Chegamos assim no limite de qualquer tentativa de civilidade institucional e não podemos considerar como mera retórica eleitoral a maneira destemperada como Bolsonaro lida com os seus oponentes. Eis então a necropolítica sem qualquer retoque moral. Para Jessé Souza,

O bolsonarismo utiliza as contradições sociais para manter o clima de guerra social constante – precisamente o *modus operandi* miliciano: ameaçar e chantagear o tempo todo para extorquir o máximo possível (SOUZA, 2020, p. 186).

Bolsonaro se apresenta como a negação figadal de todo humanismo, de toda defesa da plena dignidade da pessoa humana, assim como a aversão ao conhecimento, ao letramento, ao debate crítico. Temos aqui um representante de

uma política anti-iluminista que rechaça todas as conquistas obtidas duramente por nossos predecessores nos campos das letras, das artes, das ciências. A ideia de constitucionalidade não faz parte do discurso de Bolsonaro, e certamente seu grande anelo pessoal seria o de governar de maneira absoluta, autocrática, tal como os monarcas do Antigo Regime. Reconhecemos assim em sua personalidade governamental um despotismo reconfigurado na nossa era de desconfiança em relação ao sistema democrático liberal. Podemos perceber que suas ações são obscuras, desprovidas de transparência e de visibilidade, medidas autoritárias facilitadas através da infame cooptação dos órgãos de fiscalização que deveriam atuar de modo independente em relação ao poder executivo. Contudo, o projeto de poder bolsonarista consiste em subjugar toda a institucionalidade republicana conforme suas inclinações escusas, tal como satélites que giram em torno de um planeta sombrio. Nada de autonomia para organismos técnicos, subordinados aos caprichos antidemocráticos do crivo presidencial. Conforme destacado por Manuel Castells, “Uma coisa é fazer campanha demagógica para ganhar, outra é tentar desestabilizar o sistema a partir da presidência” (CASTELLS, 2018, p. 56).

Clientelismo e patrimonialismo conjugados em nome de uma grande milícia política que visa instaurar na sociedade brasileira a dita “revolução conservadora” (isto é, reacionária), e seu retorno triunfal ao passado de truculência, arbítrio e mandonismo do autoritarismo político da pior espécie. Lembremos que não há qualquer auditoria em relação aos gastos exorbitantes que Bolsonaro faz com o uso do cartão corporativo, que financia uma série de feitos bastante afastados de qualquer austeridade tão importante em

tempos de crise econômica. Enquanto isso, o dinheiro público é utilizado para custear os parasitas da cúpula bolsonarista em viagens internacionais, em manifestações antidemocráticas e as demais fanfarrônicas usuais. O povo brasileiro sofre com o elevado custo de vida e a dificuldade em se manter a dignidade humana básica (alimentação de qualidade, acesso amplo aos serviços de saúde), sem esquecermos a crise energética que inflaciona ainda mais as despesas dos cidadãos. Mas Bolsonaro, o líder ungido, possui a solução para os problemas nacionais: armar a população para que ela, em caso de algum eventual processo de impeachment, possa defender o seu mandato como um grande escudo humano e dar a sua vida pelo mito encarnado em presidente. As organizações milicianas agradecem os esforços belicistas de Bolsonaro para facilitar o barateamento e a circulação das armas em território nacional.

No decorrer da pandemia da COVID-19 constatamos ad nauseam o conjunto de impropérios de Bolsonaro contra as prescrições sanitárias em nome de uma pseudoliberalidade do “cidadão de bem – patriota defensor da família” contra a pretensa arbitrariedade das medidas restritivas ratificadas por governantes mais esclarecidos com os devidos suportes dos poderes jurídicos. Talvez a grande aspiração secreta de Bolsonaro seria a de se queimar em praça pública todas as máscaras disponíveis para que as pessoas fossem coagidas a correr os riscos de contaminação pela COVID-19 em nome da maldita imunização de rebanho. A procrastinação do governo federal em estabelecer as metas de massiva vacinação nacional é uma prova do projeto destrutivo latente na agenda bolsonarista e nos faz refletir sobre a importância de um Estado comprometido com o bem-estar social. Apesar da grande letalidade que

desestruturou a dignidade da sociedade brasileira ao longo da cruenta pandemia, Bolsonaro ansiava pelas aglomerações, pela deslegitimação ideológica dos critérios científicos, pela manutenção da plena atividade econômica para assim agradar os seus sócios plutocratas, pela celebração tétrica de um tipo de vida que no fundo é a exaltação do sofrimento, do luto e da morte dos cidadãos. Conforme argumentam Roberto Calazans e Christine Matozinho, “A pandemia é a ocasião para a ampliação da gestão da morte e o genocídio dos precarizados” (CALAZANS & MATOZINHO, 2021, p. 100). Quem sabe se Bolsonaro e seus seguidores fidelizados não se regozijam com o sofrimento contínuo dos cidadãos brasileiros assolados pela pandemia. Na mentalidade depravada de Bolsonaro e dos seus apoiadores embrutecidos, a obrigatoriedade da vacinação social é um atentado contra a dignidade do indivíduo adepto da cartilha ultraliberal, mas a defesa do comprovadamente inútil “tratamento precoce” e o uso da cloroquina como panaceia antiviral são procedimentos “iluminados” que garantem a preservação da saúde do bom cordeirinho social. Empresas de saúde, mancomunadas com o projeto negacionista de Bolsonaro, atuaram no decorrer de nosso colapso pandêmico como agências de extermínio, abreviando as vidas de pessoas que se tornaram apenas números perante a fria lógica tecnocrática de rentabilidade plutocrática.

Bolsonaro chama seus detratores de energúmenos, mas, em verdade, o energúmeno por excelência é aquele que renuncia à possibilidade de ser vacinado em nome de uma ideologia petrificada em sua consciência delirante, talvez pelo temor de receber o “vírus comunista” no seu organismo ou por considerar que levar uma singela picada de injeção seja uma falta de virilidade para aquele que

sempre se proclamou detentor de físico de atleta. O desdém pelas mortes ocasionadas pela COVID-19 retrata a perversidade de seu caráter necrófilo. Na sua gestão da morte, o feijão é menos importante do que o fuzil, e pessoas depauperadas lutam por raspas de ossos em longas filas nos açougues. A crueza do mercado, sempre capaz de descobrir nichos lucrativos em períodos de crise, elevou o preço das sobras de carnes e cobra pelo quilo do osso. Bolsonaro, em sua argumentação populista, pede aos empresários que sejam patriotas e evitem aumentos abusivos nos preços dos alimentos básicos, sendo que sua lógica econômica é justamente a do vale-tudo ultraliberal, incapaz de compreender a sociedade pelo viés da responsabilidade humana. Bolsonaro se alimenta bem com o erário público, mas sugere que as pessoas mais carentes sejam frugais. O povo brasileiro não necessita de nutrição, necessita de um arsenal, assim pensa o capitão. Indigência absoluta que zomba da vulnerabilidade social de cidadãos economicamente fragilizados e desesperançados. Para Bolsonaro, não precisamos de livros, exceto talvez as bíblias manipuladas arditamente pela súcia de pastores para conduzir a legião de fiéis ao abismo civilizacional. A instrumentalização política da ignorância por Bolsonaro (concretizada pelo despreço pela educação laica e gratuita, pela demonização dos professores formadores de senso crítico, pela degradação da universidade pública e dos grandes centros de pesquisa) visa formar uma geração de trabalhadores desqualificados, que assim se encontrarão na obrigação de se submeterem ao crivo autoritário de um patronato espoliador em sua mesquinha mais-valia. Como a massa de desempregados e de desalentados se amplifica cada vez mais no grande desajuste ultraliberal que vigora na

sociedade brasileira, aquele que consegue uma sofrida vaga no mercado de trabalho se aferra com unhas e dentes nessa oportunidade e se submete ao mais degradante processo de precarização e de extenuação laboral, pois está sempre à mercê do cálculo empresarial de corte de custos e de pessoal que nunca leva em consideração os problemas concretos dos trabalhadores. Mais empregos e menos direitos. O trabalhador obediente pode consumir seu sanduíche com uma mão e operar a máquina com outra, sem perda de tempo útil para a produtividade espoliadora da sanha capitalista.

Todos aqueles que sensatamente não compactuam com as diatribes de Bolsonaro vislumbram categorizá-lo das maneiras mais enfáticas possíveis, em um exercício discursivo que visa sublimar a desafeição por essa figura. “Fascista”, “genocida”, “miliciano”, “palhaço”, “louco”, “psicopata” dentre muitos outros adjetivos. Não cabe aqui a análise do mérito dos predicados que lhe são atribuídos, mas considero que o ato mais importante, em nosso quadro de diluição democrática, consiste em neutralizarmos Bolsonaro. De nada adianta apresentarmos regularmente nossas desavenças com a governança disruptiva de Bolsonaro e permanecermos apáticos perante seus atos niilistas que tanto assolam a sociedade brasileira e seus recursos. O gozo moral que obtemos ao achincalhar a persona de Bolsonaro, no fundo, favorece a perpetuação das suas práticas contrárias ao bem comum da sociedade brasileira.

Bolsonaro, na sua reconfiguração política para obter a presidência da república brasileira, apresentou-se como a novidade perante todo o quadro vigente, e seu sucesso eleitoral deve-se ao ardiloso trabalho de marqueteiros, influenciadores digitais, propagadores

de notícias falsas e jornalistas que desviaram o olhar para os traços autoritários e desviantes de sua personalidade. Qualquer cidadão com o mínimo de conhecimento político e atualizado com as notícias do submundo parlamentar sabe que Bolsonaro jamais foi um outsider que recebeu a luz divina e então outorgou-se o dever de livrar nosso país do “comunismo”. Longos anos de vida política sem qualquer destaque substantivo que contribuísse com o progresso da sociedade brasileira apenas comprovam o seu oportunismo carreirista financiado com o dinheiro público. Se carregarmos mais na tinta, Bolsonaro é a encarnação do baixo clero parlamentar que expressa os anseios dos setores podres das polícias e forças repressivas estatais que transitavam sem maiores entraves com esquadrões de extermínio e as bases embrionárias das organizações milicianas. Todavia, a sociedade brasileira foi ludibriada por chulos formadores de opinião que diziam que ou o Brasil se livraria do “comunismo” ou nos tornaríamos um país ainda mais devastado economicamente. O messianismo bolsonarista nos conduz ao precipício como cordeirinhos a ser sacrificados pelo grande Moloch do empresariado ultraliberal, a única casta que sempre lucra, seja na vida ou na morte das massas. A chamada “direita civilizada” não estava capacitada em apresentar uma alternativa ao hegemonismo do projeto petista, e por isso o grande capital legitimou a barbárie bolsonarista. Isso não quer dizer que os quadros da “direita civilizada” sejam comprometidos com o bem comum da democracia substantiva, apenas não conseguiram canalizar em suas campanhas o ódio político contra as pautas efetivamente progressistas. Bolsonaro, com seu descompromisso antirrepublicano e sua sanha autoritária, realiza de maneira crua o papel que seria

outorgado pela plutocracia aos representantes da direita institucionalizada, que adornam a espoliação da sociedade brasileira com um palavreado tecnocrático e suave. O governo Temer é uma prova dessa situação. O processo de destruição institucional brasileiro foi iniciado pelo presidente-vampiresco que atraçou nossa estrutura democrática para realizar a maléfica “Ponte para o Futuro”, que nada mais é do que uma ponte para o passado da ausência de direitos trabalhistas, para o retrocesso civilizatório, para a instrumentalização do judiciário para perseguir opositores ao projeto ultraliberal de venda do patrimônio público brasileiro. Nosso déficit democrático é tamanho que muitas cabeças bem pensantes consideram que os representantes da direita liberal seriam infinitamente mais razoáveis, em nosso quadro de desajuste institucional, do que o fascismo bolsonarista, raivoso e irracionalista. Conforme dito acima, a “direita esclarecida” é apenas um mal menor em relação ao reacionarismo bolsonarista, mas também incapaz de apresentar um projeto democrático razoável para o progresso social brasileiro. Ao fim e ao cabo os objetivos de ambos os segmentos direitistas são os mesmos, apenas o método de aplicação das medidas de choque se apresenta de forma diferente. Temer é um gentleman que realiza suas ações indébitas com um palavreado suave e sedutor. Por conseguinte, precisamos sempre desconfiar dos apelos republicanos da direita liberal, que tenta se apresentar publicamente como a defensora da sacralidade inviolável das instituições para resgatar seu espaço perdido para a tormenta agressiva da extrema-direita e sua horda de vândalos.

Falsa polarização política

Os liberalóides de todos os quilates lançam ao vento a ideia de que há uma polarização sociopolítica no Brasil entre Bolsonaro e Lula e que é imprescindível uma seráfica terceira via que se contraponha aos dois “extremos”. Ora, se há algum extremo nesse embate está no *modus operandi* de Bolsonaro e sua cartilha disruptiva da direita xucra. Esse quadro apresentado pela mídia oportunista é de uma impostura gritante, pois enquanto o lulismo se caracteriza pela conciliação de classes e pelo desenvolvimento-reformista (com todos os riscos operacionais, prós e contras que essa práxis proporciona), Bolsonaro sempre atua nos limites da institucionalidade, ousando romper a cada instante nosso frágil tecido estrutural, uma vez que nossa democracia não está ainda amadurecida. Bolsonaro diz agir em nome do povo, quando de fato são as forças capitalistas antirrepublicanas que mais se beneficiam dos seus desajustes governamentais. Lula conseguiu unir no seu projeto de país os mais diversos setores da sociedade brasileira, ainda que capitaneado por uma visão de centro-esquerda capaz de fazer amplas concessões em nome da governabilidade. Bolsonaro, com sua sanha anticomunista que vê vermelho em qualquer opositor, não apenas destrói nosso tecido social, mas coloca em xeque o futuro de nossa institucionalidade democrática e mesmo a confiança de alguns segmentos do mercado que dependem da estabilidade política para que consigam estabelecer os seus empreendimentos. O lulismo, em seu amálgama político, trazia em seu bojo um trabalhismo reconfigurado, sindicalismo, segmentos das comunidades eclesiais de base, traços de socialdemocracia e mesmo um pouco de ordo-liberalismo. Tudo muito distante da

ameaça comunista que as falanges bolsominions divulgam para os seus acólitos. Sempre importante ressaltar, se houvesse na sociedade brasileira uma efetiva governança comunista no melhor estilo marxista-leninista, o tratamento a ser dado aos inimigos do povo destoaria bastante de qualquer traço reformista da esquerda moderada. Se lembrarmos a violenta história mundial pregressa, líderes fascistas terminaram suas vidas de maneira extremamente degradante: pendurados de cabeça para baixo em praça pública, fuzilados ou suicidados. Como estamos em uma dinâmica global cada vez mais liberalizante, tais cenas se tornam um tanto distantes de nossa atual conjuntura institucionalmente irenista, e acredito que a aplicação da pena capital não faça justiça contra nenhum mandatário autoritário, sendo muito mais proveitoso para a democracia restaurada que essas horrendas figuras sejam perpetuamente tolhidas do convívio social e purguem seus crimes contra a humanidade em prisões adequadas. A imagem de Haia se espraia em nossas mentes. Talvez Bolsonaro e seus seguidores sonhem com paredões e campos de reeducação em algum tipo de desejo masoquista indecifrável para nossos especialistas na psique humana. Sabemos, por sua vez, que a direita xucra adora um regime de exceção e suas práticas antidemocráticas. Os mesmos defensores da liberdade humana conforme os signos do capital são aqueles que aspiram pelo autoritarismo político para que a rentabilidade econômica não seja ameaçada pelas mobilizações sociais na sua justa luta por direitos.

O bom senso da opinião pública apresenta seu choque constante a cada gesto histriônico de Bolsonaro e seus adeptos, propagando sua indignação virtuosa em notas de repúdio que se dissipam como poeira. Toda ação de Bolsonaro contrária ao establishment sociopolítico e seus ritos institucionais, não obstante sua grosseria e truculência, soam para seu eleitorado rude como prova de sua autenticidade, como se seu idolatrado presidente jamais se submetesse diante de nenhuma autoridade externa. Ou seja, o negacionismo científico de Bolsonaro, suas teorias conspiratórias, suas ações contrárias aos fundamentos sanitários basilares visam fortalecer entre os seus adoradores a imagem do homem viril que é perseguido pela patrulha do politicamente correto e que não consegue realizar com liberdade os seus projetos governamentais em decorrência do cerceamento que sofre das teias institucionais que impedem assim o “progresso da família brasileira”. Nessas condições, se deploramos o orgulho criminoso de Bolsonaro em atentar contra toda racionalidade política e nos consideramos moralmente superiores por tal distanciamento em relação aos seus arroubos narcísicos, em nada isso afeta aos segmentos mais arraigados no grande projeto bolsonarista de destruição do Brasil, mesmo que muitos desses seguidores sejam imediatamente afetados pelas medidas autoritárias/plutocráticas do presidente. Em cada gesto espúrio de Bolsonaro há um chamariz para suas bases mais virulentas e uma tentativa de se desviar o foco da crítica pública aos seus atos de devastação institucional. E assim passa a boiada. Sérgio Abranches argumenta que

A democracia convive mal com o silêncio. Silenciar diante desse escorregar para fora das regras e da cobertura institucional da

democracia é capitular ante as pressões autoritárias por medo ou conveniência. O silêncio é a forma conveniente de conformismo (ABRANCHES, 2020, p. 33).

A partir do golpe jurídico-parlamentar perpetrado contra o governo da Presidenta Dilma Rousseff, a chusma conservadora/reacionária, outrora um tanto recalcada pelos avanços progressistas de nossa constituição cidadã, deixou sua vergonha de lado e adentrou grotescamente na cena política brasileira sem qualquer filtro ou freio moral. Antes os herdeiros ideológicos do regime ditatorial e os filhotes da linha dura dos milicos eram apenas figuras histriônicas e caricatas que apenas apresentavam discursos ruidosos para suas claquas estúpidas, mas sem maiores consequências práticas; eram cães barulhentos, mas inofensivos (com todo respeito aos cães). Movimentos adeptos da destruição da coisa pública brasileira, liberalóides inescrupulosos, setores cretinos de movimentos religiosos teologicamente duvidosos e, tanto pior, elementos tenebrosos do poder judiciário associados ao retrocesso dos direitos civis contribuíram inapelavelmente para o projeto antidemocrático de erosão institucional no Brasil. Essa massa heteróclita de vertentes reacionárias apresenta em comum a aversão fígadal ao progressismo político e ao Estado Democrático de Direito, encarnado, inevitavelmente, nas governanças de esquerda, as únicas de fato comprometidas com transformações substantivas em nossa esfera socioeconômica. Nessas condições, a palavra “esquerda” é vituperada como o grande mal político, o atraso de nosso “progresso” (em verdade, retrocesso) rumo ao Brasil cretinizado pelo cristianismo de esterco da canalhada fundamentalista que ocupa o cenário ideológico do debate político.

Tudo o que é “esquerda” é imputada como “comunista”, como se não houvesse diversos quadros nem sempre concordantes do ponto de vista programático em relação ao que chamamos do espectro político da esquerda. Por conseguinte, a direita, seja a “liberal”, seja a xucra, conquistaram razoável hegemonia em nosso quadro de indigência política. Contudo, para arrebanhar segmentos eleitorais contemplados pelos partidos de esquerda, organizações que são indiscutivelmente direitistas, ainda que mais brandas, transmitiram para a opinião pública um esquálido compromisso social com algumas pautas ditas progressistas. Ora, o conceito de direita progressista é de certa forma um paradoxo, mesmo que existam figuras políticas que defendam algumas transformações sociais positivas. Afinal, de nada adianta, por exemplo, um partido de direita liberal defender políticas de diversidade e de representatividade social se o seu projeto econômico é espoliador dos direitos trabalhistas e defende a privatização indiscriminada da coisa pública. Não basta que tenhamos mais mulheres, negros e membros da comunidade LGBTQI+ em setores estratégicos do poder se essas pessoas não apresentam substantivo compromisso com a democratização dos meios de produção e uma sociedade mais sustentável e mais justa na distribuição de renda. Trata-se de uma questão polêmica que não pode ser posta de lado. Assim, não basta incluir o diferente, a minoria, o oprimido, é fundamental que as pessoas que se enquadram nessas categorias identitárias sejam imbuídas do senso democrático de defesa incondicional da coisa pública e do bem comum da sociedade. Se aquele que deixa de ser oprimido, ao obter o poder, se traveste das armas do opressor, sua existência se revela prenhe de

miserabilidade, não importa em qual categoria identitária ele se enquadra: nada mais é do que um inimigo das classes trabalhadoras e da democracia social. Esse tipo de situação é recorrente no mundo corporativo. Em nome de uma hipócrita responsabilidade social muitas empresas adotam a cartilha da inclusão e da apologia da diversidade, mas os procedimentos gerenciais adotados nessas empresas são intrinsecamente contrários aos direitos trabalhistas, aos interesses da coisa pública e mesmo do meio ambiente.

O mercado, quando adere aos princípios democráticos, assim o faz não por uma natureza gerencial pró-sociedade, mas por fatores utilitários, instrumentais. Quando convém, o mercado usa o hábito da constitucionalidade republicana e defende a salutar ordenação social para que sua imagem corporativa seja bem apresentada junto ao público consumidor. Contudo, essa aderência artificial cessa assim que a rentabilidade empresarial é prejudicada, e então a rapinagem mercadológica revela sua face mais hostil para a esfera pública. Tanto os empresários que posam de progressistas (mas que em seus gabinetes adotam posturas vis contra seus funcionários, contra a esfera pública e contra o meio ambiente) como os plutocratas descaradamente antidemocráticos evidenciam seu desserviço para o gênero humano e para a natureza com seus procedimentos escusos que apenas anseiam pela obtenção de mais e mais lucratividade. Todavia, ousar dizer que os empresários que revelam sua verdadeira face autoritária, sem máscara e sem filtro, são pelo menos mais autênticos e facilitam o trabalho de boicote de seus serviços junto aos consumidores imbuídos de decência cidadã (talvez aqui tenhamos um uso positivo do Marketing Social e da dita “cultura do cancelamento”).

Bolsonaro, em sua marcha reacionária, conseguiu aglutinar em torno de si essa corja plutocrática que manifesta apreço nulo pelas regras democráticas de sociabilidade e são assim os parceiros ideais para a consolidação financeira da agressividade do fascismo de mercado que impera em nossa dinâmica ultraliberal. Logo, não basta que o cidadão lute contra a opressão perpetrada por outrem, é imprescindível que a grande violência estrutural da sociedade de classes seja combatida no seio das próprias empresas, as quais dão sustentação econômica para as desigualdades e desajustes sociais. Alguns partidos de direita, para que conseguissem assimilar parcelas do eleitorado alinhadas com pautas inclusivas/progressistas, eventualmente acoplaram em suas propostas eleitorais algumas dessas questões, mas sem substantiva aderência programática, o que se torna um grande engodo para o cidadão que confia seu voto nos representantes dessas agremiações. Um político pode se eleger através da defesa da causa animal, por exemplo, e sua participação nos trâmites parlamentares pode perfeitamente atentar contra outras importantes pautas de grande relevo social. Mesmo Bolsonaro, em seu projeto eleitoral, não hesitou em se cercar de mulheres, negros e até mesmo gays para se desvencilhar do estigma de persona preconceituosa, mas se analisarmos as pessoas que representam essas categorias identitárias em seu círculo de poder veremos que são completamente reacionárias. Mulheres que são avessas ao discurso feminista, negros que atentam contra o passado de resistência antirracista de importantes figuras de nossa história político-social e gays dissociados das lutas libertárias da comunidade LGBTQI+ são as únicas personalidades políticas bem recebidas pelo staff bolsonarista. Por conseguinte,

a qualidade pessoal do sujeito e seu engajamento social pela democracia é mais importante do que sua orientação identitária. As demandas identitárias são legítimas, mas devem ser inseridas no quadro maior da luta de classes. Caso contrário, são facilmente cooptadas pela fluidez do pensamento social-liberal e se tornam apenas um engajamento atomizado e sectário por inclusão na sociedade capitalista, no qual aqueles que conquistam inserção acabam por acatar e por reconhecer as regras desse jogo, e não empreendendo esforços radicais para a superação do próprio sistema capitalista, promotor de todas as desigualdades e injustiças sociais.

Considerações finais

Estamos em uma grande crise institucional que exige, dos opositores ao projeto niilista de Bolsonaro, capacidade de negociação e suspensão provisória de diferenças programáticas substantivas em nome de um bem maior, a revitalização da sociedade brasileira. Nosso índice de razoabilidade política alcançou nível tão degradado que não podemos nos arriscar em aventuras heroicas. Por isso é de grande importância que tenhamos um nome forte na corrida eleitoral para barrarmos a sanha destruidora de Bolsonaro. Precisamos primeiramente arrumar a casa devastada, e depois pensarmos em pureza ideológica. Contudo, quem porventura conseguir frear o projeto bolsonarista não poderá atuar como um mero reorganizador institucional, que recupere a pujança produtiva da sociedade brasileira, mas com os traços ultraliberais que tanto agradam aos plutocratas. Urge que construamos uma alternativa substantiva ao projeto niilista de Bolsonaro e seus suportes empresariais, e para tanto, somente uma candidatura comprometida com o amplo desenvolvimento social, com medidas de

distribuição de renda e de pleno emprego, com investimento exponencial em saúde pública e infraestrutura, com a desmilitarização social, com a efetivação de uma substantiva reforma agrária e urbana e a expropriação de terras improdutivas com a produção sustentável de energia a preservação do meio ambiente, com o investimento em energia sustentável com a proteção federal aos quilombolas e reservas indígenas, poderá desfazer o legado excrementício de Bolsonaro e recolocar a sociedade brasileira nos trilhos do progresso democrático. Bolsonaro, com sua agenda ultraliberal adornada com caracteres autoritários, é o laçao das elites financeiras do Brasil. Mais do que nunca necessitamos suprimir o mito e defender a razão soberana que nos esclarece e nos fornece soluções concretas para nossos problemas vitais. Precisamos de um governo que tenha energia e coragem para enfrentar os desmandos autoritários de uma plutocracia de rapina que sempre prospera através da miséria do povo brasileiro. Com ardor e empenho superamos o coronavírus, que tenhamos a mesma disposição para erradicar da sociedade brasileira o vírus do fascismo de mercado que impõe ao povo uma cartilha sangrenta de desigualdade e de exclusão.

Referências

- ABRANCHES, Sérgio. **O tempo dos governantes incidentais**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- CALAZANS, Roberto; MATOZINHO, Christine. **Pandemia e Neoliberalismo: a melancolia contra o novo normal**. Rio de Janeiro: Mórula, 2021.
- CASTELLS, Manuel. **Ruptura: a crise da democracia liberal**. Trad. de Joana Angélica d'Ávila Melo. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- CHAUÍ, Marilena. **Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.
- DUARTE, André. **A pandemia e o pandemônio: ensaio sobre a crise da democracia brasileira**. Rio de Janeiro: Via Verita, 2020.
- MANSO, Bruno Paes. **A República das Milícias: dos esquadrões da morte à Era Bolsonaro**. São Paulo: Todavia, 2020.
- REIS, Diego. **O governo da emergência: Estado de Exceção, guerra ao terror e colonialidade**. Rio de Janeiro: Multifoco, 2020.
- SOUZA, Jessé. **A Guerra contra o Brasil**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2020.
- TIBURI, Marcia. **Delírios do Poder: psicopoder e loucura coletiva na era da desinformação**. Rio de Janeiro: Record, 2019.

Recebido em 2021-10-11
Publicado em 2021-11-01